

**CADERNO
DE RESUMOS**

**II Simpósio
INCT Combate à Fome**

**POLÍTICAS
PÚBLICAS DE
SEGURANÇA
ALIMENTAR
NO BRASIL:**

**PESQUISAS PARA
GOVERNANÇA E
TRANSFORMAÇÃO
DOS SISTEMAS
ALIMENTARES**

4 de dezembro de 2024.

  **CNPq**

  **CAPES** **FAPESP**

O II Simpósio do INCT Combate à Fome foi um evento organizado pelo Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) Combate à Fome, com sede na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP). O principal objetivo do simpósio foi promover debates científicos e reflexões sobre segurança alimentar e o enfrentamento da fome, integrando diferentes áreas do conhecimento. Nesta edição, o evento trouxe como tema central “Políticas Públicas de Segurança Alimentar no Brasil: Pesquisas para governança e transformação dos sistemas alimentares”.

O evento foi realizado no Anfiteatro João Yunes, localizado na Biblioteca da Faculdade de Saúde Pública da USP, no dia 4 de dezembro de 2024, com transmissão simultânea pelo canal da faculdade e do INCT no YouTube. Reunindo mais de 70 ouvintes presenciais e 969 visualizações online nos canais da FSP/USP e do INCT Combate à Fome, o simpósio contou com a atuação de 33 especialistas como expositores, debatedores, moderadores, coordenadores de mesa ou conferencistas, discutindo temáticas em torno da segurança alimentar e do direito humano à alimentação adequada.

A programação incluiu atividades diversas, como uma apresentação musical, uma palestra magna - *“Shining a light on food systems monitoring and governance”*, três mesas-redondas temáticas - “Produção agrícola sustentável: desafios internos e externos”, “Saberes contemporâneos para o enfrentamento da má-alimentação” e “Comunicação, educação e difusão científica no combate à fome e promoção da saúde”, uma quarta mesa com parceiros do projeto, além do balanço das atividades realizadas pelo INCT entre 2023 e 2024. Também foram promovidas uma exposição científica, com 27 trabalhos apresentados (cinco na modalidade oral e 22 em pôsteres), uma Feira Agroecológica e uma atividade interativa online com o objetivo de compartilhar os principais aprendizados, sentimentos e considerações dos ouvintes durante o evento.

O simpósio contou com a participação de profissionais de diversas áreas, proporcionando a troca de conhecimentos e o fortalecimento de ações voltadas para a transformação de sistemas alimentares em modelos sustentáveis, justos e resilientes. Os resumos apresentados durante o evento estão publicados nestes anais, contribuindo para o avanço das pesquisas e ações no combate à fome e a promoção da segurança alimentar e nutricional.



COORDENAÇÃO GERAL

Dirce Maria Lobo Marchioni

VICE-COORDENAÇÃO GERAL

Marcelo Cândido da Silva

COMISSÃO ORGANIZADORA

Aline Rissatto Teixeira - FSP/USP
 Alisson Diego Machado - FSP/USP
 Angélica Barbosa Neres Santana - IEA/USP
 Beatriz Alves Leite - FSP/USP
 Damilly Maria dos Santos Muniz - FSP/USP
 Denise Eugenia Pereira Coelho - FSP/USP
 Dirce Maria Lobo Marchioni - FSP/USP
 Eduardo De Carli - FSP/USP
 Elaine V. Oliveira dos Santos - FSP/USP
 Eric Keiji Tokuda - ICMC/USP
 Fernanda Costa Severo - FSP/USP
 Gabriel Cordeiro - FFLCH/USP
 Joice Genaro Gomes - ESALQ/USP
 Lucas de Almeida Moura - FSP/USP
 Maria Vitória Balestra - FSP/USP
 Marina M. Correia Medeiros - ECA/USP
 Mônica Schiavinatto - ESALQ/USP
 Nicolly Porto da Silva - ECA/USP
 Nina Bastian Gocke - ECA/USP
 Samantha B. Mescoloto - ISS/UNIFESP
 Simone Denise G. Navacinsk - IEA/USP

COMISSÃO AVALIADORA RESUMOS

Alisson Diego Machado - FSP/USP
 Angélica Barbosa Santana - IEA/USP
 Cláudia Maria Bógu - FSP/USP
 Denise Eugenia Pereira Coelho - FSP/USP
 Dirce Maria Lobo Marchioni - FSP/USP
 Eduardo De Carli - FSP/USP
 Eric Keiji Tokuda - ICMC/USP
 Joice Genaro Gomes - ESALQ/USP
 Luana Jorge de Souza - FSP/USP
 Mônica Schiavinato - ESALQ/USP
 Samantha B. Mescoloto - ISS/UNIFESP
 Simone Denise G. Navacinsk - IEA/USP

COMISSÃO AVALIADORA APRESENTAÇÕES MODALIDADE ORAL

Alisson Diego Machado - FSP/USP
 Betzabeth Slater Villar - FSP/USP
 Cláudia Maria Bógu - FSP/USP
 Sílvia Helena G. de Miranda - ESALQ/USP

COMISSÃO AVALIADORA APRESENTAÇÕES MODALIDADE PÔSTER

Alisson Diego Machado - FSP/USP
 Angélica Barbosa Santana - IEA/USP
 Cristiano José dos Santos - Triângulos
 Tecnologia
 Eduardo De Carli - FSP/USP
 Eric Keiji Tokuda - ICMC/USP
 Luana Jorge de Souza - FSP/USP
 Samantha B. Mescoloto - ISS/UNIFESP

PROGRAMAÇÃO COMPLETA

8h30

MESA DE ABERTURA

Prof. Dr. José Leopoldo Ferreira Antunes (FSP/USP)

Profa. Dra. Dirce Maria Lobo Marchioni (FSP/USP)

Prof. Dr. Marcelo Cândido da Silva (FFLCH/USP)

8h45

APRESENTAÇÃO CULTURAL

Grupo Musical Rosa Negra

9h00

PALESTRA MAGNA

Shining a light on food systems monitoring and governance

Palestrante: Jessica Fanzo (Columbia Climate School/EUA)

Coordenação: Semíramis Martins Álvares Domene (UNIFESP)

9h30

MESA I

Produção agrícola sustentável no Brasil:

Desafios internos e externos

Ementa:

Apesar de grande produtor mundial de alimentos, o Brasil enfrenta desafios para garantir que as melhores práticas ambientais sejam adotadas por todos os agricultores e pecuaristas, a despeito dos muitos avanços tecnológicos já alcançados, muitos deles visando à mitigação dos impactos ambientais decorrentes das mudanças climáticas. Nesta mesa serão abordados: o enfrentamento dos impactos das mudanças climáticas pelo setor agropecuário; e os caminhos para promover a organização e coordenação, particularmente dos pequenos agricultores e de comunidades tradicionais. É preciso consolidar conhecimentos e gerar dados nestes temas também para atender a demandas conceituais e metodológicas, como aquelas evidenciadas no relatório "The State of Food and Agriculture", publicado pela FAO em dezembro de 2023, que examina o "verdadeiro custo" do alimento, a fim de fundamentar a transformação dos sistemas alimentares.

Coordenação: Sílvia Helena Galvão de Miranda (ESALQ/USP)

Debatedora: Sylvia Paes (FEA/USP)

Moderação: Antonio Mauro Saraiva (IEA/USP)

- **Palestra 1 - Os avanços da pesquisa agropecuária para a resposta do setor produtivo às mudanças climáticas**
Alexandre Berndt (EMBRAPA Pecuária Sudeste)
- **Palestra 2 - A importância da coordenação de produtores familiares diante das perspectivas de transformação no Sistema Alimentar**
Paulo Eduardo Moruzzi Marques (ESALQ/USP)

11h00-11h50

APRESENTAÇÃO ORAL DOS 5 MELHORES TRABALHOS CIENTÍFICOS

1. Júlia de Araújo Silva
2. Barbara Leone Silva
3. Cristiano José dos Santos
4. Murilo Lyra Pinto
5. Samantha Bittencourt Mescoloto

11h00-12h30

ATIVIDADES SIMULTÂNEAS

Exposição de Pôsteres e Feira Agroecológica

14h00

MESA II

Saberes contemporâneos para o enfrentamento da má-alimentação

Ementa:

O enfrentamento da má-alimentação é marcado pelos desafios de produzir e democratizar o acesso a alimentos que promovam saúde e bem-estar, de forma sustentável. Em uma sociedade movida por commodities, as ideias de justiça social e preservação do planeta são sufocadas pela disputa por recursos naturais, como terra, água e biodiversidade. Em paralelo, os saberes contemporâneos iluminam a compreensão acerca dos efeitos de padrões alimentares sobre a saúde, da agudização da desigualdade social e do empobrecimento das populações. Nesta mesa, vamos discutir como o conhecimento contemporâneo e a gestão de dados podem ser colocados a serviço da boa alimentação, em uma perspectiva ético-política apoiada na articulação dos saberes tradicionais aos científicos.

Coordenação: Alexandre Cláudio Botazzo Delbem (ICMC/USP)
Cláudia Maria Bógus (FSP/USP)

Debatedora: Márcia Helena Carvalho Lopes (Instituto Fome Zero)

Moderação: Lia Thieme Oikawa Zangirolani (UNIFESP)

- **Palestra 1 - Indicadores climáticos e de desigualdades sociodemográficas, destacando gênero e raça/cor e suas relações com insegurança alimentar e fome, insegurança hídrica, saúde e nutrição: análise a partir de dados públicos**
Sandra Maria Chaves dos Santos (Escola de Nutrição/UFBA e Rede PENSSAN)

- **Palestra 2 - Diversidade estará no centro da transformação do sistema agroalimentar global**
Ricardo Abramovay (Instituto de Energia e Ambiente da USP)

15h30

INTERVALO DA TARDE

Coffee Break

16h00

MESA III

Comunicação, Educação e Difusão Científica no Combate à Fome e promoção da saúde

Ementa:

A alimentação é um domínio que integra a rotina de cada pessoa, e responde a determinantes multidimensionais, com importantes impactos na saúde. A educação alimentar e a divulgação científica enfrentam desafios particulares para que alcancem cada indivíduo, comunidade, gestores e o setor produtivo, levando evidência científica com significado, e desta forma proporcionando experiências que se traduzam em benefícios para si e para a comunidade, em uma perspectiva de combate aos determinantes da insegurança alimentar e nutricional. Nesta mesa, estarão em diálogo as estratégias de comunicação e divulgação científica, a educação popular e a educação alimentar e nutricional.

Coordenação: Margarida Maria Krohling Kunsch (ECA/USP)

Debatedora: Mariluce de Souza Moura (Instituto Ciência na Rua)

Moderação: Tatiana Camargo (UFRGS)
Angélica Santana (IEA/USP)

- **Palestra 1 - Diálogos entre Educação Popular e Educação Alimentar e Nutricional**
Anelise Rizzolo de Oliveira (Faculdade de Ciências da Saúde-UnB)
- **Palestra 2 - Soberanía alimentaria, conocimiento inclusivo
y comunicación. Experiencias desde la UNQ-Argentina**
Alfredo Alfonso (Reitor da Universidad Nacional de Quilmes/Argentina)

17h30

SEGUNRANÇA ALIMENTAR:

reflexões, desafios e ações para sua garantia

Coordenação: Dirce Maria Lobo Marchioni (FSP/USP)

Parceiros: Arilson Favareto (Cátedra Josué de Castro)
Leonardo Felipe de Oliveira Ribas (GT Direito Humano à alimentação adequada - Rede PENSSAN)
Marcos Kisil (Projeto Alimentando o Futuro)
Ricardo Jerônimo Mota (Pacto Contra a Fome)

18h15-18h25**O INCT COMBATE À FOME FACE AOS DESAFIOS DA TRANSFORMAÇÃO DOS SISTEMAS AGROALIMENTARES:***balanço das atividades em curso***Expositora:** Dirce Maria Lobo Marchioni (FSP/USP)**18h25****ANÚNCIO:***Menção honrosa dos trabalhos científicos
entrega de certificados***Expositores:** Alisson Diego Machado (FSP/USP)
Eduardo De Carli (FSP/USP)**18h30****ENCERRAMENTO - NUVEM DE PALAVRAS****Expositora:** Dirce Maria Lobo Marchioni (FSP/USP)

ÍNDICE DE APRESENTAÇÕES

MODALIDADE ORAL

AUTOR RESPONSÁVEL	TÍTULO	CÓDIGO	ÁREA
Samantha Bittencourt Mescoloto	O PROJETO PANELA ABERTA E A EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA REDE SOCIOASSISTENCIAL	019	Saúde, nutrição e sistemas alimentares
Murilo Lyra Pinto	FORTALECIMENTO DOS VÍNCULOS FEDERATIVOS DO SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: ESTRATÉGIAS DE RETOMADA DOS CANAIS DE ESCUTA E DIÁLOGO	003	Políticas públicas
Barbara Leone Silva	METODOLOGIA POPULAR DE FORMAÇÃO SOBRE O DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA: A TRAJETÓRIA DA TEIA DE ARTICULAÇÃO PELO FORTALECIMENTO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (TEARSAN)	010	Comunicação e difusão
Cristiano José Dos Santos	VULNERABILIDADE SOCIAL E INSEGURANÇA ALIMENTAR: UMA ANÁLISE DOS DADOS DO CADÚNICO	003	Inteligência artificial

MODALIDADE PÔSTER

AUTOR RESPONSÁVEL	TÍTULO	CÓDIGO	ÁREA
Larissa Andrade Luz	CONSTRUÇÃO DE OFICINAS PARTICIPATIVAS PARA MAPEAMENTO DO AMBIENTE ALIMENTAR URBANO E PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	039	Saúde, nutrição e sistemas alimentares
Gabriela Pongiluppi	AS OFICINAS DO PROJETO PANELA ABERTA COMO ESTRATÉGIA DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL: UM ESTUDO COM TRABALHADORES DAS COZINHAS SOLIDÁRIAS	042	Saúde, nutrição e sistemas alimentares
Renata Victoratti do Carmo	O PROGRAMA EDUCANDO PARA SUSTENTABILIDADE COMO FERRAMENTA DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E AMBIENTAL PARA OS ESTUDANTES DA REDE MUNICIPAL DE SALVADOR-BA	013	Saúde, nutrição e sistemas alimentares
Erick Cardoso da Rosa	MERENDEIRAS DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR SOB A ÓTICA DA AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	041	Políticas públicas
Julia Magalhães Cabral	INSEGURANÇA ALIMENTAR EM AGRICULTORES FAMILIARES DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL	008	Saúde, nutrição e sistemas alimentares
Florence Polegato Castelan	FRUTAS NATIVAS DA MATA ATLÂNTICA NO PNAE (PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR)	024	Cadeia de valor

Jaqueline Lopes Pereira	REDUÇÃO DE EMISSÕES DE GASES DO EFEITO ESTUFA NO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) POR MEIO DE COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS	025	Saúde, nutrição e sistemas alimentares
Pedro Santana Jorge	ESTRATÉGIAS DE ACESSO E AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS UTILIZADAS PELA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO CENTRO DE SANTOS	007	Políticas públicas
Bruna Delgado Arid	PROJETO AGRAS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA FEIRA AGROECOLÓGICA ECCCO NA FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	030	Saúde, nutrição e sistemas alimentares
Lucas de Almeida Moura	AGRICULTURA FAMILIAR NO CENTRO-OESTE DO BRASIL: EXPLORANDO RELAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS E IMPLICAÇÕES PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR	011	Saúde, nutrição e sistemas alimentares
Yasmin Proença	IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE INCENTIVO A CADEIAS CURTAS DE ABASTECIMENTO ALIMENTAR: UMA ANÁLISE DA INTERSETORIALIDADE A NÍVEL LOCAL	043	Cadeia de valor
Rayene Cardoso Rodrigues	SISTEMA ALIMENTAR ATUAL E SUAS IMPLICAÇÕES	038	Saúde, nutrição e sistemas alimentares
Laura Simões Camargo	COORDENAÇÃO ENTRE POLÍTICAS PÚBLICAS E INVESTIMENTO EMPRESARIAL PARA A GARANTIA DE SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	017	Políticas públicas
Beatriz Alves Leite	PERCEPÇÕES SOBRE AMBIENTE ALIMENTAR E ALIMENTAÇÃO INFANTIL: ESTUDO DE CASO EM UM BAIRRO PERIFÉRICO DE SÃO PAULO	022	Saúde, nutrição e sistemas alimentares

Aurora Claudino de Lima	DETERMINANTES DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM NÍVEL NACIONAL: PROPOSIÇÃO DE UM MODELO DE ANÁLISE	036	Saúde, nutrição e sistemas alimentares
Margarida Maria Krohling Kunsch	RELATO DE EXPERIÊNCIAS EM COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA, DIFUSÃO E DIVULGAÇÃO CIENTÍFICAS E EDUCOMUNICAÇÃO - A CIÊNCIA CIDADÃ PARA EDUCAÇÃO ALIMENTAR	012	Comunicação e difusão
Emanuelle dos Santos Xavier Dias	TEARSDAN-FORTALECENDO O CONTROLE SOCIAL NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIAS	023	Saúde, nutrição e sistemas alimentares
Estela Barici Pereira	O IMPACTO DOS SISTEMAS ALIMENTARES NA INSEGURANÇA ALIMENTAR E STUNTING DE CRIANÇAS MENORES DE CINCO ANOS ATENDIDAS PELO SUS	027	Saúde, nutrição e sistemas alimentares
Milena Corrêa Martins	PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL A PARTIR DO DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE EXTENSÃO, FORMAÇÃO E PESQUISA: HISTÓRICO DE DEZ ANOS DE ATUAÇÃO DA TEIA DE ARTICULAÇÃO PELO FORTALECIMENTO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (TEARSDAN)	001	Políticas públicas
Isadora Macedo de Oliveira Martins Costa	AVALIAÇÃO DO CONSUMO ALIMENTAR DE ACORDO COM NÍVEIS DE INSEGURANÇA ALIMENTAR NO SEMIÁRIDO PARAIBANO	028	Políticas públicas
Ana Gabriella Magalhães de Amorim dos Santos	DETERMINANTES DAS ESCOLHAS ALIMENTARES DE PAIS/RESPONSÁVEIS DE CRIANÇAS EM INSEGURANÇA ALIMENTAR	034	Saúde, nutrição e sistemas alimentares

Mariana Oliveira Iamamoto	MAPEAMENTO E CARACTERIZAÇÃO DAS COZINHAS SOLIDÁRIAS NAS REGIÕES BRASILEIRAS	026	Políticas públicas
------------------------------	---	-----	-----------------------

MODALIDADE ORAL



O PROJETO PANELA ABERTA E A EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA REDE SOCIOASSISTENCIAL

Samantha Bittencourt Mescoloto¹, Gabriela Pongiluppi¹, Semíramis Martins Álvares Domene¹

¹Universidade Federal de São Paulo, São Paulo - SP

Contato: samantha.bittencourt@unifesp.br

Uma formação estruturada para a equipe da assistência social pode ser importante aliada no enfrentamento da má-alimentação em todas as suas formas e integra o diálogo com a agenda pública para reestruturação das políticas de alimentação e nutrição no Sistema Único de Assistência Social - SUAS. O objetivo deste estudo é avaliar a efetividade de um programa de Educação Permanente - EP por meio da validação de oficinas do projeto Panela Aberta - UNIFESP e faz parte de um projeto que busca desenvolver um modelo intersetorial e uma matriz educativa para promover a Segurança Alimentar e Nutricional - SAN em territórios vulnerabilizados, considerando as equipes de Cozinhas Solidárias como Equipamentos Populares de Segurança Alimentar e Nutricional - EPopSAN. Com o intuito de construir um modelo dialógico de EP, foram realizadas quinze entrevistas com nutricionistas da rede socioassistencial de todo o Brasil. Na etapa seguinte serão oferecidas oficinas do Panela Aberta; espera-se alcançar 120 nutricionistas. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de São Paulo, sob o parecer nº 5.965.612. Reuniões técnico-científicas e eventos relacionados à SAN, assim como as entrevistas com nutricionistas, integram os resultados preliminares do estudo. As entrevistas revelaram experiências que reforçam a importância de equipes sensibilizadas para a transversalidade do direito à alimentação e indicam fragilidades nas atividades de Educação Alimentar e Nutricional - EAN na rede socioassistencial, além da relevância de garantir espaços de controle social fortalecidos. Os resultados iniciais indicam que há intensa articulação entre nutricionistas para a consolidação da área na rede socioassistencial. Soma-se a esse movimento gestores públicos e pesquisadores, o que demonstra o interesse coletivo em estratégias de construção de espaços resilientes no combate à fome também no SUAS.

Palavras-chave: Educação Permanente; Assistência Social e Nutricionistas.

FORTECIMENTO DOS VÍNCULOS FEDERATIVOS DO SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: ESTRATÉGIAS DE RETOMADA DOS CANAIS DE ESCUTA E DIÁLOGO

*Maria Cristina Marcon¹, Cristine Garcia Gabriel¹, Claudia Soar¹, Patrícia Maria de Oliveira Machado¹, Milena Corrêa Martins¹, Barbara Leone Silva², **Murilo Lyra Pinto²**, Mick Lennon Machado², Sabrina Alves de Araujo¹, Felipe Bruno Lupi Vergara¹, Arthur Kriek Medeiros¹, Erick Cardoso da Rosa¹, Sofia Alves Vasconcellos Bello¹, Laura Sollero³, Lorryne Tavares³, Isis Leite³, Aline Muras³ e Élcio Magalhães³.*

¹Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC

²Teia de Articulação pelo Fortalecimento da Segurança Alimentar e Nutricional, Florianópolis-SC

³Ministério do Desenvolvimento Assistência Social, Família e Combate à Fome, Brasília-DF

Contato: tearsan.ufsc@gmail.com

Em 2023, a agenda federal de combate à fome e promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) foi retomada pelo governo federal, a partir da revitalização do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan). Uma das estratégias lançadas pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) foi a criação de canais de escuta e diálogo que permitissem estreitar os vínculos federativos com os governos subnacionais, promovendo a consolidação do Sistema nos estados e municípios, ou seja, um Sisan vivo nos territórios. Em parceria com o grupo Teia de Articulação pelo Fortalecimento da Segurança Alimentar e Nutricional da Universidade Federal de Santa Catarina (TearSAN/UFSC), foram lançadas três frentes de ações, sendo elas: o levantamento de 493 contatos dos responsáveis pelo Sisan nos municípios com adesão formalizada; a criação de um grupo institucional no aplicativo Whatsapp® com mais de 1.500 participantes, com publicações semanais que buscam estreitar o contato entre o governo federal e os atores e gestores municipais envolvidos com o Sistema e/ou com programas de SAN; e a iniciativa intitulada "Ciclo de Diálogos Federativos do Sisan", com o desenvolvimento de 12 oficinas técnicas para a abordagem de temas estratégicos para a agenda de SAN, as quais reuniram mais de 2500 atores governamentais e sociais de todos os estados e de 268 municípios. Reconstruir uma agenda pública federal voltada para a promoção da SAN ainda é uma tarefa desafiadora. Mas é necessário considerar e enaltecer o papel dos governos subnacionais na manutenção do Sistema ativo nos territórios, que ficou evidente em período anterior, marcado pela apatia do governo nacional. Neste sentido, manter de forma ativa estratégias federais que articulem e fortaleçam os atores governamentais e sociais nos estados e municípios é uma maneira de garantir um Sisan consolidado e vivo nos territórios.

Palavras-chave: Segurança Alimentar e Nutricional; Direito Humano à Alimentação Adequada; Políticas Públicas; Governança e Governos Subnacionais.

METODOLOGIA POPULAR DE FORMAÇÃO SOBRE O DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA: A TRAJETÓRIA DA TEIA DE ARTICULAÇÃO PELO FORTALECIMENTO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (TEARSDAN)

Maria Cristina Marcon¹, Cristine Garcia Gabriel¹, Neila Maria Viçosa Machado², Claudia Soar¹, Patrícia Maria de Oliveira Machado¹, Milena Corrêa Martins¹, **Barbara Leone Silva²**, Murilo Lyra Pinto², Mick Lennon Machado², Sabrina Alves de Araujo¹, Emanuelle dos Santos Xavier Dias¹, Aurora Claudino de Lima¹, Felipe Bruno Lippi Vergara¹, Arthur Kriek Medeiros¹, Erick Cardoso da Rosa¹ e Sofia Alves Vasconcellos Bello¹.

¹Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC

²Teia de Articulação pelo Fortalecimento da Segurança Alimentar e Nutricional, Florianópolis-SC

Contato: tearsan.ufsc@gmail.com

A Teia de Articulação pelo Fortalecimento da Segurança Alimentar e Nutricional (TearSAN) nasceu a partir dos espaços de formação do curso de Nutrição da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), constituindo-se em 2015 como grupo de pesquisa e extensão vinculado aos departamentos de Nutrição e Saúde Pública, com o objetivo principal de promover o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e fortalecer a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Orientados por uma abordagem de educação popular e criticidade, os projetos desenvolvidos pela TearSAN seguem uma metodologia inovadora que envolve: 1) Articulação com instituições e movimentos sociais estratégicos para identificar demandas de formação e construir redes de parcerias; 2) Construção conjunta de um resgate histórico, aprofundando a compreensão do objeto e fomentando a conscientização crítica dos envolvidos; 3) Planejamento da ação visando a construção de processos adequados aos problemas e à realidade local e o melhor uso dos dados disponíveis; 4) Desenvolvimento de ações de formação considerando a tradução do agregado teórico, legal e burocrático para uma linguagem prática, popular e inclusiva, visando a apropriação do objeto pelos atores envolvidos; 5) Execução horizontal e inclusiva, por meio de estratégias que promovam abertura para participação e manifestação de todos os atores envolvidos, visando construções coletivas, representativas e qualificadas; e 6) Implementação do círculo de cultura, visando a pactuação coletiva de uma agenda de ação que possa dar continuidade e encaminhamento aos saberes construídos. A metodologia desenvolvida não só promoveu apropriação da SAN pelos atores envolvidos como consolidou a TearSAN enquanto referência local, regional e nacional, através de parcerias para fortalecer e qualificar o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan). Sua atuação foi reconhecida com premiações do Centro de Excelência contra a Fome do Programa Mundial de Alimentos (2017) e da FAO-CLACSO (2019) e com homenagem da Câmara Municipal de Florianópolis (2021).

Palavras-chave: Segurança Alimentar e Nutricional; Educação; Formação; Direito Humano à Alimentação Adequada e Políticas Públicas.

VULNERABILIDADE SOCIAL E INSEGURANÇA ALIMENTAR: UMA ANÁLISE DOS DADOS DO CADÚNICO

Cristiano Santos², Lucas Moura³, Eric Tokuda¹, Antonio Saraiva⁴, Dirce Marchioni³, Alexandre Delbem¹

¹ Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação (ICMC-USP)

² Triângulos Tecnologia

³ Faculdade de Saúde Pública (FSP-USP)

⁴ Escola Politécnica (POLI-USP)

Contato: cjsantos@triangulostecnologia.com

A pobreza e a insegurança alimentar estão profundamente interconectadas, gerando um ciclo de causas e consequências pernicioso. A insegurança alimentar, definida como a falta de acesso confiável a quantidades suficientes de alimentos baratos e nutritivos, é frequentemente uma consequência direta da pobreza. No Brasil, o Cadastro Único (CadÚnico) é um banco de dados que mantém um registro das famílias de baixa renda. O CadÚnico é utilizado para o direcionamento de recursos de programas sociais e para o entendimento da pobreza no país. Diversos trabalhos anteriores exploraram padrões gerais desta base, porém padrões específicos de cada grupo de renda não foram amplamente estudados. Neste contexto, propomos uma análise estratificada da população a partir de suas fontes de renda utilizando os dados de 2018 do CadÚnico. Propomos o estudo da base a partir de quatro perspectivas motivados pela parcela que representa da população total da base: (A) população que vive a partir de apenas uma categoria de renda; (B) população com rendas a partir de empregos e outras rendas; (C) população com renda a partir de emprego ou a partir de aposentadoria agregadas a outras rendas; e (D) população que beneficia-se de doações agregadas a outras rendas. Estes grupos representam 36,7%, 56%, 65,5%, e 37% da base, respectivamente. Diversos resultados particulares de cada grupo foram obtidos. Observou-se que a população em (B) tem renda predominantemente abaixo de um salário mínimo e está associada a empregos informais. A análise do grupo (C) permitiu a identificação dentro de cada estrato, agregaremos informações sobre estados nutricional e faremos análises agrupadas por regiões geográficas.

Palavras-chave: CadÚnico, Renda, Programas Sociais, Filogramas e Estratificação.

MODALIDADE PÔSTER



CONSTRUÇÃO DE OFICINAS PARTICIPATIVAS PARA MAPEAMENTO DO AMBIENTE ALIMENTAR URBANO E PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Larissa Andrade Luz¹, Denise Eugenia Pereira Coelho¹, Cláudia Maria Bóguus¹

¹ Faculdade de Saúde Pública (FSP-USP)

Contato: larissa.aluz30@usp.br

As investigações sobre o ambiente alimentar sob uma perspectiva qualitativa são uma lacuna na realização de estudos para compreender as experiências que influenciam a aquisição e consumo de alimentos. O objetivo desta pesquisa é apresentar o processo de construção de oficinas culinárias como um método participativo para a compreensão do ambiente alimentar e para a promoção da segurança alimentar e nutricional (SAN). Ela está inserida em na pesquisa "Comida e Cidade" (CAAE: 78801124.1.0000.5421) do INCT Combate à Fome que visa compreender a dinâmica territorial da insegurança alimentar e nutricional (IAN) no bairro do Grajaú (São Paulo/SP), com o objetivo de analisar ambientes alimentares de forma compreensiva e contribuir para a construção de estratégias de enfrentamento da IAN. Para tanto, um dos métodos é a realização de oficinas, para discussão sobre o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e SAN. As participantes são mulheres chefes de família, com crianças de até 5 anos, que apresentam algum grau de insegurança alimentar e atendidas pelo Instituto Anchieta Grajaú. Como métodos, foram realizados uma revisão bibliográfica sobre oficinas culinárias e atividades de educação alimentar e nutricional, mapeamento dos equipamentos públicos da região e detalhamento das oficinas, em que foram delineados os seguintes temas: memórias afetivas relacionadas a alimentação; desenvolvimento de habilidades culinárias com o uso de temperos naturais e Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC); reflexão sobre o consumo de alimentos ultraprocessados, Sistema Alimentar e ambiente alimentar; DHAA, SAN e as dificuldades e estratégias para otimizar a escolha e planejamento de refeições; mapeamento participativo do território. A pesquisa baseada em métodos qualitativos e participativos é promissora para a compreensão dos ambientes alimentares. Como desafios, pode-se destacar a necessidade de recursos para a realização e o tempo de elaboração e de execução.

Palavras-chave: Segurança Alimentar e Nutricional; Ambiente Alimentar e Mapeamento Participativo.

AS OFICINAS DO PROJETO PANELA ABERTA COMO ESTRATÉGIA DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL: UM ESTUDO COM TRABALHADORES DAS COZINHAS SOLIDÁRIAS

Gabriela Pongiluppi¹, Samantha Bittencourt Mescoloto¹, Luiza Failla Ribeiro¹, Rafaela Drumond Giovannetti¹, Marcella Cabral Kazze¹, Semíramis Martins Álvares Domene¹

¹Universidade Federal de São Paulo, São Paulo - SP

Contato: gabriela.pongiluppi@unifesp.br

O Guia Alimentar para a População Brasileira (GAPB), é um documento oficial, que estabelece diretrizes alimentares para a população. Este guia integra uma das estratégias para a implementação da Promoção da Alimentação Adequada e Saudável e contribui para o fortalecimento da autonomia dos indivíduos. O Projeto de Extensão Universitária Panela Aberta (Panela) visa disseminar as diretrizes do GAPB, com foco em práticas alimentares adequadas, saudáveis e sustentáveis, por meio de ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN). As atividades são realizadas a partir de oficinas autorais, que buscam criar um espaço de construção colaborativa e participação do público, orientadas pelo próprio GAPB (2014) e pelo Marco de Referência de EAN (2012). Entre os diversos grupos atendidos pelo Panela, destacam-se os trabalhadores de Cozinhas Solidárias (CSol), entendendo o papel desse público para promoção da alimentação adequada e saudável. O objetivo deste estudo é adaptar o protocolo do Panela para os trabalhadores, por meio de estudo de caso-controle, transversal, com abordagem quali-quantitativa. Serão aplicados questionário socioeconômico e escala Likert de 4 pontos, para conhecer a percepção sobre o GAPB no que se refere às dimensões: 1. Conhecimento, 2. Confiança e 3. DHAA e CSol, distribuídos em dois grupos: um que participará das oficinas de forma remota e outro, controle. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética da Unifesp, sob o parecer n. 7.062.508 e envolverá 10 CSol. A validação do conteúdo e a confiabilidade da escala serão realizadas por meio de pré-testes com 3% da amostra total. A plataforma REDCap será utilizada para envio, armazenamento e análise dos dados. Concomitantemente, as oficinas estão sendo adaptadas para atender o público-alvo, com base nas demandas e contexto. Resultados preliminares sugerem dificuldades no contato e adesão dos participantes, reforçando a necessidade de continuar desenvolvendo estratégias que incentivem a participação dos trabalhadores.

Palavras-chave: Cozinhas Solidárias; Classificação Nova; Educação Alimentar e Nutricional e Projeto Panela Aberta.

O PROGRAMA EDUCANDO PARA SUSTENTABILIDADE COMO FERRAMENTA DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E AMBIENTAL PARA OS ESTUDANTES DA REDE MUNICIPAL DE SALVADOR-BA

Renata Victoratti¹, Thayana Oliveira¹, Thais Carvalho², Raissa Pose², Bruna Nascimento², Esther Rolim², Juliana Garcia³

¹ Humane Society International (HSI), Washington, USA.

² Alimentação Consciente Brasil (ACB), São Paulo, São Paulo, Brasil.

³ Secretaria Municipal de Educação, Salvador, Bahia, Brasil.

Contato: nutri.renatavictoratti@gmail.com

O relatório do IPCC de 2024, atribuiu com grau de confiabilidade que dietas com maior consumo de proteína vegetal e menor ingestão de carnes, leite e derivados, possibilitam uma redução substancial das emissões de GEE. Salvador tem sido pioneira com a criação do programa Educando para Sustentabilidade, uma iniciativa da prefeitura em parceria com a Humane Society International e o programa Alimentação Consciente Brasil, operado pela Mercy for Animals, com o objetivo de incentivar hábitos alimentares sustentáveis por meio da substituição de 20% dos ingredientes de origem animal por vegetais nos cardápios escolares. Foram introduzidas receitas regionais à base de vegetais, respeitando as diretrizes do PNAE, com a elaboração de fichas técnicas, teste das receitas; palestras para equipe pedagógica; treinamentos com a equipe de cozinha e disponibilização de materiais de educação alimentar e nutricional para engajamento contínuo do programa. Foram capacitadas 723 cozinheiras, 179 diretores e 133 nutricionistas e incluídos no cardápio: estrogonofe de grão-de-bico, bolonhesa de soja, moqueca de feijão-branco e a feijoada de legumes. Foram servidas 6,6 milhões de refeições à base de vegetais para 140 mil alunos em 2024, impactando 4 mil hectares de floresta preservados, equivalente a 4 mil campos de futebol; 60 milhões de litros de água, equivalente a 440 mil de banhos de 15 minutos; mais de 13 mil toneladas de CO₂ não emitidos, equivalente a 123 milhões de quilômetros de carros não rodados. Essa iniciativa apoia o alcance das ações 2, 7 e 26 do Plano de Mitigação e Adaptação às Mudanças do Clima do município e 5 ODS das Nações Unidas. A promoção da educação ambiental dentro da escola somado ao incentivo de receitas vegetais tem o potencial de promover mudanças nos hábitos alimentares a longo prazo, promovendo sistemas alimentares resilientes, justos, sustentáveis e alinhados às metas climáticas.

Palavras-chave: Sistema Alimentar Sustentável; Educação Alimentar e Nutricional; Proteínas Vegetais Comestíveis; Alimentação Escolar e Desenvolvimento Sustentável.

MERENDEIRAS DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR SOB A ÓTICA DA AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Erick Cardoso da Rosa¹, Patricia Maria de Oliveira Machado¹

¹ Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis

Contato: erickdarosa2@gmail.com

As merendeiras desempenham um papel fundamental na execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), contribuindo para a promoção da saúde e da segurança alimentar e nutricional (SAN) dos estudantes. No entanto, sua atuação permanece invisibilizada, tanto na literatura quanto na legislação e nas práticas de gestão escolar, sendo frequentemente subvalorizada em termos de reconhecimento profissional e formação continuada. Este resumo relata a execução da pesquisa de mestrado em andamento no âmbito do Programa de Pós Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que tem como objetivo construir um modelo avaliativo da atuação das merendeiras do PNAE, a fim de compreender aspectos da sua prática laboral e como o reconhecimento do seu trabalho pode ser potencializado no escopo das políticas públicas de alimentação escolar. A metodologia envolve revisão de literatura, análise de documentos institucionais e normas técnicas, além de grupo focal com merendeiras da rede pública de ensino, buscando identificar componentes da sua atuação que sejam passíveis de avaliação. Até o momento, as análises indicam a falta de diretrizes claras sobre o papel das merendeiras em nível nacional, revelando a necessidade de uma abordagem mais minuciosa, que vise o fortalecimento dessas trabalhadoras dentro do sistema público de ensino brasileiro. Os resultados esperados incluem a validação de um modelo avaliativo que possa subsidiar gestores públicos na avaliação e no aperfeiçoamento da atuação das merendeiras escolares, garantindo maior visibilidade e reconhecimento do seu papel estratégico no PNAE. As conclusões preliminares apontam para a necessidade de fortalecer a capacitação e a integração das merendeiras na formulação dos cardápios escolares e nos processos de planejamento e gestão das políticas públicas que regem sua atuação, além da valorização profissional. Tais aspectos podem contribuir na qualidade da alimentação escolar e na promoção da SAN.

Palavras-chave: Políticas públicas; Programa Nacional de Alimentação Escolar; Merendeiras; Avaliação em Saúde e Segurança Alimentar e Nutricional.

INSEGURANÇA ALIMENTAR EM AGRICULTORES FAMILIARES DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL

Julia Magalhães Cabral¹, Júlia Lobato¹, Eloah Costa de Sant Anna Ribeiro¹, Camilla Christine de Souza Cherol¹, Aline Alves Ferreira¹ e Rosana Salles-Costa¹

¹Instituto de Nutrição Josué de Castro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro- RJ

Contato: juliamunirio@gmail.com

Problema de pesquisa: Em 2022, a insegurança alimentar (IA) foi estimada em 33 milhões de domicílios brasileiros, afetando principalmente as populações vulneráveis como os agricultores. Os principais desafios incluíram dificuldades na comercialização de produtos, mudanças nos preços e disponibilidade de insumos.

Objetivo: Analisar a IA em domicílios chefiados por agricultores e fatores associados. **Métodos:** Estudo transversal com microdados do II Inquérito Nacional sobre IA durante a pandemia de COVID-19, realizado pela Rede Pensan em 2022. Considerou-se domicílios chefiados por agricultores (n=453), características socioeconômicas e mudanças na produção dos alimentos. A IA foi avaliada pela Escala Brasileira de Insegurança Alimentar de 8 itens. Prevalências e intervalos de confiança a 95% (IC95%) foram analisados no STATA 16.0. Estudo dispensou submissão ao Comitê de Ética (Resolução CNS nº510/2016). **Resultados:** Em 2022, somente 28,4% (IC95%: 24,4-32,7) encontravam-se em SA e 44,1% (IC95%: 39,6-48,7) em IAMG. A população de agricultores foi composta na maioria por homens (75,7%), sendo que as mulheres apresentaram maior prevalência de IAMG (58,2%). Quanto maior o número de pessoas no domicílio (>4), maior era a IAMG (61,5%). Agricultores do Norte (50,9%) e Nordeste (50%) apresentaram as maiores prevalências de IAMG. Dos que recebiam o Auxílio Brasil/Programa Bolsa Família, 61,2% estavam em IAMG. Apontou-se que 75,2% da produção dos alimentos ainda não havia normalizado e destes, 51,9% encontravam-se em IAMG. Os preços para venda (73,4%) e quantidade dos produtos comercializados (68,7%) não normalizaram. **Conclusão:** A pandemia de COVID-19 impactou no aumento da IA, principalmente nas formas mais graves, dos agricultores, afetando produção e venda dos produtos.

Palavras-chave: Insegurança Alimentar; Pandemia por COVID-19 e Epidemiologia Nutricional.

FRUTAS NATIVAS DA MATA ATLÂNTICA NO PNAE (PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR)

Florence Polegato Castelan¹, Daniella W. Rabello de Azevedo², Arthur Chiacchio

Petrucelli³, Beatriz Duarte de H. C. Bezerra⁴, Fabricio Muriana Area Lima², Juliane Maria da Silva Ferreira⁵, Marina Merlo Sampaio de Campos³, Mauricio Fernandes Alcantara⁴, Amely Irmtraut Fauser⁵

¹ Mombora, Indústria e Comércio de Alimentos

² Instituto Regenera

³ Instituto de Conservação Ambiental The Nature Conservancy do Brasil (TNC)

⁴ Instituto Fronteiras do Desenvolvimento

⁵ Instituto H&H Fauser para o desenvolvimento sustentável e a cultura

Contato: florence.castelan@gmail.com

O Vale do Paraíba abriga ampla variedade de espécies frutíferas da Mata Atlântica, em um território tradicionalmente ocupado pela agricultura familiar. Em sua normativa de restauração florestal, o fortalecimento das cadeias da sociobiodiversidade traz significado econômico para áreas remanescentes e restauradas, ao mesmo tempo que entrega valor nutricional à população do entorno. No entanto, a maior parte das frutas endêmicas desta região ainda é pouco conhecida e explorada, sendo o consumo um dos maiores entraves desta cadeia de valor. Com o propósito de geração de demanda nesta cadeia, este trabalho mapeou as potencialidades e desafios da inserção destas frutas no PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), partindo de três pilares: (1) identificação, entrevistas e engajamento dos atores envolvidos nesta cadeia institucional (prefeitos, secretários, gestores, nutricionistas, merendeiras etc.); (2) desenvolvimento de produtos a partir das frutas, que sejam adaptados à realidade agrícola familiar, bem aceitos pelas nutricionistas, merendeiras e estudantes, além de ajustados às Diretrizes Nutricionais para a Alimentação Escolar e (3) realização de testes de aceitabilidade dos produtos desenvolvidos em instituições de ensino dos cinco municípios participantes do projeto: Paraibuna, Santa Branca, Ilhabela, São Sebastião e Jundiaí. Ao longo do primeiro ano do projeto, três webinars foram produzidos para o público geral; quatro testes de aceitabilidade foram realizados com produtos desenvolvidos e manufaturados a partir da articulação com produtores e plantas de terceirização de processamento de alimentos; além da elaboração e lançamento de uma cartilha sobre "Melhores práticas para introdução e ampliação das frutas nativas da Mata Atlântica no cardápio escolar". Recém aprovada, a próxima fase do projeto tem o objetivo de fomentar, técnica e financeiramente, o desenvolvimento e a fabricação de novos produtos, além de incluir nos municípios participantes a prefeitura de São Paulo, que trabalha com volumes muito significativos e pode impactar profundamente esta cadeia produtiva.

Palavras-chave: Frutas Nativas; Alimentação Escolar; PNAE; Alimentação Infantil e Sociobiodiversidade.

REDUÇÃO DE EMISSÕES DE GASES DO EFEITO ESTUFA NO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) POR MEIO DE COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS

Jaqueline Lopes Pereira¹, Denise Miguel Teixeira Roberto¹, Gabriela Rigote¹, Beatrice Porta Guimarães¹, Giovanna Lucena¹, Andrea Garcia², Dirce Maria Lobo Marchionni¹, Erasmus zu Ermgassen², Semíramis Martins Álvares Domene³, Aline Martins de Carvalho¹

¹ Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo

² UCLouvain

³ Universidade Federal de São Paulo

Contato: jaquelinelopes@usp.br; alinenutri@usp.br

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) atende cerca de 40 milhões de estudantes diariamente. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) estabelece as orientações nutricionais para a elaboração de seus cardápios, inclusive sobre a frequência de oferecimento de carnes, no entanto, não considera aspectos climáticos. Compreender o impacto ambiental da alimentação escolar possibilitaria embasar a proposição de mudanças, porém, a falta de sistematização e análise dos dados limita a criação de evidências. O presente projeto tem como objetivos identificar a quantidade, os produtores, os fornecedores e o impacto ambiental das carnes compradas pelo PNAE com recurso federal, e elaborar cenários de mudanças nas compras públicas para que haja a redução da emissão de gases de efeito estufa. Trata-se de um estudo observacional longitudinal retrospectivo, que analisará notas fiscais de compras públicas realizadas no âmbito do PNAE entre os anos de 2013 e 2022. A quantidade de carnes adquirida e os valores gastos segundo tipo (bovina, suína, ave, etc.) serão avaliados por ano, estado, origem dos produtos e impacto ambiental associado (emissões de GEE). A pegada de carbono será estimada por meio da base de dados World Wide Fund for Nature (2020). Serão elaborados cenários hipotéticos que reduzam o impacto ambiental dos cardápios e mantenham a qualidade nutricional das refeições. A partir das notas fiscais, foram extraídos e classificados 69.733 itens de carnes e atualizados os valores monetários das notas para possibilitar comparações do valor gasto ao longo dos anos. A partir dessas e de outras informações avaliadas, pretendemos fornecer informações embasadas cientificamente para nortear decisões que reduzam o impacto ambiental dos cardápios, sem prejudicar os aspectos nutricionais, a fim de que o FNDE considere aspectos climáticos e ambientais em suas recomendações, incentivando os gestores públicos a incorporarem tais aspectos nas compras públicas.

Palavras-chave: Mudanças Climáticas; Alimentação Escolar e Impacto Ambiental.

ESTRATÉGIAS DE ACESSO E AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS UTILIZADAS PELA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO CENTRO DE SANTOS

Pedro Santana Jorge¹, Lia Thieme Oikawa Zangirolani¹

¹Universidade Federal de São Paulo, Santos-SP

Contato: psjorge@unifesp.br

As condições precárias enfrentadas pela População em Situação de Rua (PSR), somadas aos históricos de violência, abuso e uso de substâncias como álcool e drogas, fazem da alimentação um tema pouco explorado nas pesquisas sobre essa população. Este estudo buscou caracterizar a PSR na região central de Santos e entender suas estratégias para obtenção de alimento, além de como essas estratégias refletem condições sociais de subjugamento enfrentadas pelo grupo. A coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas, com apoio dos serviços do Consultório na Rua (CnaR) e do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP) de Santos. As entrevistas incluíam a caracterização do indivíduo e perguntas sobre as estratégias de obtenção de alimento e aspectos de sua rotina alimentar. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de São Paulo (CEP UNIFESP), sob o CAAE: 67213823.0.0000.5505, e apoiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Foram realizadas 14 entrevistas, sendo 10 no território e 4 no Centro POP, com 12 homens cisgêneros e 2 mulheres cisgêneras, majoritariamente pretos e pardos, com ensino fundamental incompleto. A maioria dos entrevistados cita as doações como principal meio de obter alimento, seja por estabelecimentos como restaurantes e bares, em troca de favores, ou por instituições religiosas de caráter caritativo, que reforçam a posição de subcidadania, perpetuando a relação de dominação entre doador e donatário. Conclui-se que PSR entrevistada não possui uma rotina alimentar estruturada, o que se dá possivelmente pela falta de protagonismo e autonomia no âmbito da alimentação, que é gerada pela posição sócio-histórica de subalternidade desse grupo. Ainda, nota-se a insuficiência de políticas públicas que garantam o Direito Humano à Alimentação Adequada da PSR e que monitorem suas condições de alimentação.

Palavras-chave: População em Situação de Rua; Acesso a Alimentos Saudáveis; Direito Humano à Alimentação Adequada e Segurança Alimentar e Nutricional.

PROJETO AGRAS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA FEIRA AGROECOLÓGICA ECCCO NA FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Bruna Delgado Arid¹, Weruska Davi Barrios¹, Aline Rissatto Teixeira¹ e Betzabeth Slater Villar¹

¹Universidade de São Paulo, Faculdade de Saúde Pública, São Paulo, São Paulo - Brasil

Contato: bruna.arid@alumni.usp.br

Atualmente o Brasil enfrenta um período de aumento de preço dos alimentos, desemprego e fome. Tendo em vista esse cenário, a agricultura familiar surgiu como uma alternativa de abastecimento, sobretudo para as camadas menos favorecidas da sociedade. As feiras de agricultura familiar, com alimentos orgânicos e de base agroecológica, respeitam a cultura alimentar regional, cumprem um papel social fundamental na Segurança Alimentar e Nutricional, são espaços de exposição e garantem o sustento de muitas famílias. Este relato de experiência possui como objetivo promover um ambiente alimentar saudável e sustentável na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, por meio da implementação permanente da Feira Agroecológica ECCCo. Esta ação iniciou-se em 16 de outubro de 2023 e manteve-se com frequência de uma vez ao mês. Em cada edição participam, aproximadamente, de oito a dez pequenos produtores artesanais, de agricultura familiar e orgânica. Os alimentos comercializados são majoritariamente in natura e minimamente processados (frutas, verduras e legumes), seguido por doces/pães artesanais e produtos nativos da Amazônia e Mata Atlântica. Promover uma feira agroecológica, em um espaço público e de ensino como a Universidade de São Paulo, é essencial para evidenciar a importância da proximidade entre agricultores e consumidores, além de viabilizar a troca de conhecimento e reafirmar o compromisso da população com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os quais devem ser alcançados até 2030. A prática de atitudes sustentáveis possui um papel relevante na superação da insegurança alimentar e nutricional, corroborando para um sistema e ambiente alimentar mais sustentável através dos eixos comércio justo e alimentos locais. Iniciativas como a Feira Agroecológica ECCCo garante o Direito Humano à Alimentação Adequada de forma mais democrática, amplia o debate referente às ações de saudabilidade e sustentabilidade em políticas públicas e torna-se um marco para a propagação de agroecossistemas.

Palavras-chave: Agricultura Sustentável; Sistema Alimentar Sustentável; Segurança Alimentar e Direito Humano à Alimentação Adequada.

AGRICULTURA FAMILIAR NO CENTRO-OESTE DO BRASIL: EXPLORANDO RELAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS E IMPLICAÇÕES PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR

Lucas de Almeida Moura¹, Caroline de Oliveira Gallo¹, Giovanna Garrido¹, Marina Maintinguier Norde³, Alisson Diego Machado¹, Nadine Marques Nunes Galbes⁴, Francisco Chiaravallotti Neto², Aline Martins de Carvalho¹, Dirce Maria Lobo Marchioni¹

¹ Departamento de Nutrição, Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil;

² Departamento de Epidemiologia, Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil;

³ Centro de Pesquisa em Obesidade e Comorbidades, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil;

⁴ Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil.

Contato: lucasdemoura@usp.br

No Brasil, a agricultura familiar desempenha um papel fundamental na produção dos alimentos consumidos internamente e está fortemente vinculada às políticas públicas de segurança alimentar. Contudo, seu desenvolvimento enfrenta obstáculos significativos devido à desigualdade na distribuição de terras e ao acesso limitado a recursos produtivos, além da concentração de riqueza associada à expansão da agricultura em larga escala. Essa dinâmica é particularmente perceptível na Região Centro-Oeste, onde a expansão do agronegócio tem gerado impactos ambientais significativos, especialmente no que diz respeito às emissões de gases de efeito estufa resultantes das práticas agrícolas. Neste estudo, dados de 466 municípios dessa região foram analisados espacialmente, para mapear a distribuição da proporção de terras destinadas à agricultura familiar (PTAF) e sua relação com fatores socioeconômicos e ambientais. Foram utilizados dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2017), PAM (IBGE, 2019), SEEG (2019) e RAIS (IBGE, 2019). O Índice de Moran (global e local) foi utilizado para analisar a correlação espacial entre os municípios. Um modelo de regressão espacial foi adotado para analisar a associação entre PTAF e variáveis socioeconômicas e ambientais. Os resultados sugerem um maior predomínio da agricultura não familiar devido à existência de clusters espaciais de municípios com valores baixos da proporção de terras alocadas à agricultura familiar. A agricultura familiar foi espacialmente associada positivamente à densidade populacional e negativamente ao índice de concentração de terras, PIB per capita e emissões de gases de efeito estufa. Políticas que priorizam a preservação e o incentivo à agricultura familiar contribuem para sistemas alimentares mais justos, saudáveis e sustentáveis. A presença da agricultura familiar em diferentes municípios pode favorecer a fixação da população nas áreas rurais, reduzir a desigualdade na distribuição de terras, mitigar impactos ambientais e fortalecer a segurança alimentar.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Segurança Alimentar; Sistemas Alimentares; Análise Espacial e Desenvolvimento Sustentável.

IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE INCENTIVO A CADEIAS CURTAS DE ABASTECIMENTO ALIMENTAR: UMA ANÁLISE DA INTERSETORIALIDADE A NÍVEL LOCAL

Yasmin Proença¹, Camila Veneo Campos Fonseca¹

¹Universidade Estadual de Campinas, Campinas-São Paulo

Contato: yasmin.pbadorno@gmail.com

As cadeias curtas de abastecimento alimentar (SFSCs) buscam reduzir o número de intermediários e as distâncias percorridas pelos alimentos, aproximando as diferentes etapas do processo. O caráter multifacetado e complexo dos sistemas agroalimentares exige a coordenação entre diferentes setores de política pública, como agricultura, meio ambiente e educação, para incentivar o encurtamento das cadeias. Assim, essa pesquisa investiga a intersetorialidade no arranjo institucional de implementação de políticas de apoio às SFSCs, através de um estudo de caso dos instrumentos de políticas implementados no município de São Paulo. Com base na análise de conteúdo de entrevistas semiestruturadas, os instrumentos e as organizações responsáveis por sua implementação foram identificados, propondo-se uma classificação dos instrumentos conforme os setores envolvidos (agricultura, comércio, educação, assistência social, saúde, cultura e turismo) e as etapas da cadeia em que incidem (insumos, produção, processamento, distribuição, consumo e descarte). Foram identificados 25 instrumentos, com articulação intersetorial em 23 deles, envolvendo cinco organizações da administração pública. O setor agrícola é preponderante, mas há também envolvimento significativo de meio ambiente (16 instrumentos), comércio (10), educação (7) e turismo (5). Quanto às etapas da cadeia, todas foram contempladas, com destaque para a produção (18 instrumentos), insumos (12) e descarte (10), principalmente através do incentivo às práticas de compostagem nos locais de agricultura. Apesar da presença de dez instrumentos envolvendo o setor de comércio, que incidem sobre a etapa de distribuição, a comercialização emergiu como principal gargalo, revelando a dificuldade da prefeitura em implementar instrumentos efetivos para viabilizar o acesso dos agricultores locais aos mercados privados e institucionais. Apesar das limitações, há um avanço nas políticas de incentivo às SFSCs em São Paulo, com um conjunto de instrumentos com implementação intersetorial. Esse impulso reflete uma visão emergente da agricultura urbana e periurbana como setor relevante para negócios sustentáveis no município.

Palavras-chave: Intersetorialidade; Política Pública; Cadeia Curta; Agricultura Urbana e Sistemas Alimentares.

SISTEMA ALIMENTAR ATUAL E SUAS IMPLICAÇÕES

Rayene Cardoso Rodrigues¹, Michel Cardoso De Angelis Pereira¹

¹Universidade Federal de Lavras (UFLA), Lavras -MG

Contato: rayene.rodrigues2@estudante.ufla.br

A alimentação envolve diversos processos em sua cadeia de produção, podendo gerar impactos ambientais a serem considerados no enfrentamento às mudanças climáticas. Os sistemas alimentares, formam redes multiníveis de agentes alimentares, relacionando situações socioeconômicas, políticas e ecológicas, apresentadas em diferentes localidades e grupos sociais. Estão associados aos diferentes níveis de segurança alimentar populacional, envolvendo o acesso físico e econômico a alimentos suficientes. A garantia de alimentos adequados e saudáveis defrontam com a insegurança alimentar, e buscam um futuro sem fome e desnutrição, frisando assim, a necessidade de um sistema que busque produções sustentáveis. Os sistemas possuem poder para ofertar segurança e nutrição humana respeitando a sustentabilidade ambiental, entretanto, o sistema dominante foi considerado um dos principais responsáveis pela debilitação da saúde populacional, degradação ambiental, encarecimento dos alimentos, escassez de recursos naturais, pobreza e distribuição de renda. O modelo agroalimentar atual, teve sucesso na ampliação da disponibilidade de calorias mundialmente, mas não é capaz de alimentar toda população. Percebeu-se a necessidade de uma agricultura sustentável, encontrada na agroecologia, alternativa que visa ser orgânica, biodinâmica, natural menos agressiva ao meio ambiente. O surgimento de movimentos e redes alternativas avançaram mundialmente, fortemente na América Latina, região pioneira em agroecologia, utilizando formas de produção e consumo sustentáveis ligadas à agricultura familiar. Além de abarcar as dimensões culturais, ecológicas e sociais, discute-se que a problemática da agricultura é de domínio mundial inerente a problemática da água, demografia, urbanização, e mudanças climáticas. Para melhorar qualitativamente a alimentação e garantir segurança alimentar e nutricional é imprescindível considerar a Soberania Alimentar, a qual considera a autodeterminação das sociedades em relação ao seu modelo produtivo, assegurando o direito de cada povo a definir suas próprias políticas agropecuárias, em matéria de alimentação, e desenvolvimento sustentável. Minimizando impactos e promovendo alimentação adequada e saudável não só no presente como no futuro.

Palavras-chave: Sistemas alimentares; Alimentação e Agroecologia.

COORDENAÇÃO ENTRE POLÍTICAS PÚBLICAS E INVESTIMENTO EMPRESARIAL PARA A GARANTIA DE SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Pietro Carlos de Souza Rodrigues¹, **Laura Camargo Simões¹**, Maria Victoria Pereira Vilela¹,
Pedro Luiz Pereira dos Santos¹

¹Fundação José Luiz Egydio Setúbal

Contato: pietro.rodrigues@fundacaojes.org.br

Apesar de ser um dos maiores produtores de alimentos no mundo, o Brasil enfrenta um problema crônico de Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN), com milhões de pessoas vivendo em situação de fome. Ao examinar os relatórios das cinquenta empresas brasileiras de maior faturamento no ano de 2023, nos setores de agronegócio, varejo e alimentos e bebidas, nota-se que muitas delas financiaram e apoiaram ações relacionadas à garantia da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN) entre 2020 e 2023. Compreender essas ações torna-se essencial para avaliar o papel do setor privado para a garantia de SSAN e delinear possíveis áreas de intervenção para otimizar os esforços. Entendendo a IAN como uma questão estrutural e multicausal que requer uma articulação entre diferentes atores e setores para ser enfrentada, esta pesquisa tem como objetivo avaliar em que medida se configurou a coordenação entre os esforços privados e os incentivos e diretrizes das políticas públicas de SSAN no período de 2020 a 2023. Para tanto, procura identificar em que medida as ações focadas em SSAN financiadas ou apoiadas por este universo de 150 empresas foram convergentes com as diretrizes das políticas públicas de SSAN nestes anos. No trabalho, são analisadas as iniciativas privadas financiadas ou apoiadas à luz das mudanças ocorridas nas políticas públicas durante a pandemia e a transição de governo Bolsonaro para o mandato de Lula. A hipótese desenvolvida é a de que, apesar de tanto o Estado quanto o setor privado implementarem ações relevantes, não existe coordenação entre as políticas públicas e as ações empresariais no combate à fome.

Palavras-chave: Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional; Políticas Públicas; Empresas e Filantropia.

PERCEPÇÕES SOBRE AMBIENTE ALIMENTAR E ALIMENTAÇÃO INFANTIL: ESTUDO DE CASO EM UM BAIRRO PERIFÉRICO DE SÃO PAULO

Beatriz Alves Leite¹, Cláudia Bogus¹, Denise Coelho¹, Dirce Marchioni¹

¹Departamento de Nutrição, Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil

Contato: beatriz_alves@usp.br

O ambiente alimentar desempenha um papel crucial nas escolhas e comportamentos alimentares da população, sendo especialmente impactante em áreas periféricas, como o Grajaú, em São Paulo. Este projeto de iniciação científica busca investigar a influência desse ambiente nas práticas de amamentação e na introdução alimentar infantil, abordando as iniquidades socioeconômicas que afetam o acesso a alimentos adequados e saudáveis. Dados recentes indicam que 50,5% da população paulistana vivenciam algum grau de insegurança alimentar e nutricional (IAN), sendo que 72% destas famílias residem em áreas periféricas. Considerando esse cenário, o desmame do aleitamento materno e a introdução alimentar de alimentos ultraprocessados na dieta de forma precoce podem levar à obesidade infantil e doenças crônicas. Este estudo integra a pesquisa de pós-doutorado "Comida e cidade" (CAAE: 78801124.1.0000.5421) do INCT Combate à Fome e propõe identificar barreiras e facilitadores locais à amamentação e à alimentação infantil, considerando a percepção das mulheres moradoras do Grajaú. Como métodos, foi realizada uma revisão bibliográfica de 34 trabalhos em bases científicas e bancos de teses, sobre a história da amamentação, alimentação infantil e o ambiente alimentar. Além disso, estão em andamento as entrevistas em profundidade, com aplicação de questionário sociodemográfico e da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar, e serão realizadas oficinas educativas e culinárias. Espera-se que os resultados possam contribuir para a promoção da saúde materno-infantil e políticas públicas em contextos em que as desigualdades sociais marcam o acesso e as possibilidades de escolhas alimentares saudáveis e adequadas, considerando especificamente a alimentação saudável na primeira infância.

Palavras-chave: Aleitamento Materno; Alimentação Infantil; Segurança Alimentar e Nutricional e Ambiente Alimentar Urbano.

DETERMINANTES DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM NÍVEL NACIONAL: PROPOSIÇÃO DE UM MODELO DE ANÁLISE

Aurora Claudino de Lima¹, Cristine Garcia Gabriel¹, Milena Corrêa Martins¹, Mick Lennon Machado², Murilo Lyra Pinto² e Erick Cardoso da Rosa¹

¹Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC

²Teia de Articulação pelo Fortalecimento da Segurança Alimentar e Nutricional, Florianópolis-SC

Contato: teasan.ufsc@gmail.com

O Brasil, como signatário das ações da Organização das Nações Unidas, compromete-se a erradicar a fome e a promover a Segurança Alimentar e Nutricional até 2030, alinhando-se aos esforços globais para garantir o direito à alimentação. Para isso, tornou-se essencial desenvolver análises a partir de dados que permitam avaliar a realidade territorial e as políticas adotadas. Este estudo metodológico propôs um modelo de análise para identificar os determinantes da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil. Tal proposta é pautada por dados secundários de acesso público, com a construção de um modelo de análise que buscou representar amplamente os fatores que influenciam a Segurança Alimentar e Nutricional, combinando definições teóricas e técnicas. A construção do modelo envolveu revisão de literatura e análise exploratória para selecionar os indicadores disponíveis e as fontes de informação, contando com a validação de especialistas no tema. O modelo contém 47 indicadores organizados em três dimensões: uma que abordou os determinantes da Segurança Alimentar e Nutricional, considerando disponibilidade, acesso, uso e estabilidade dos alimentos, abrangendo dados de 2000 a 2022; e duas outras que refletem a condição de Insegurança Alimentar e suas manifestações entre 2014 e 2022. O modelo detém como principal fonte de informação o banco de dados. Cada indicador foi descrito quanto à unidade de medida, definição, período disponível, método de análise e fonte de origem FAOSTAT Database (Food and Agriculture Organization Statistics). O modelo tem o intuito de subsidiar análises temporais e estimular processo de monitoramento dos determinantes da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil, fornecendo subsídios para políticas públicas eficazes que garantam o direito à alimentação.

Palavras-chave: Segurança Alimentar e Nutricional; Indicadores; Modelo de Análise e Estudo Metodológico.

RELATO DE EXPERIÊNCIAS EM COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA, DIFUSÃO E DIVULGAÇÃO CIENTÍFICAS

E EDUCOMUNICAÇÃO - A CIÊNCIA CIDADÃ PARA EDUCAÇÃO ALIMENTAR

Margarida Maria Krohling Kunsch¹, Simone Denise Gardinali Navacinsk¹, Eneus Trindade Barreto Filho¹, Ricardo Alexino Ferreira¹, Mariluce de Souza Moura², Claudemir Edson Viana¹, Patricia Horta³

¹Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo

²Instituto Ciência na Rua

³Departamento de Comunicação Social, Universidade Federal de Sergipe

Contato: simone.navacinsk@gmail.com

O projeto de pesquisa “Comunicação estratégica na dimensão público-social: INCT Combate à Fome como protagonista para uma ciência cidadã”, tem como objetivo contribuir com os estudos no campo da comunicação, evidenciando a importância da comunicação estratégica para grandes questões como a defendida pelo INCT Combate à Fome, voltada para a dimensão público-social. O projeto do Eixo Comunicação em curso vem estudando dentro do campo da Comunicação, a práxis das áreas de Educomunicação, Difusão Científica, Publicidade e Consumo e Comunicação Pública, como possibilidades para se atingir a ciência cidadã, que tem como pressuposto a participação efetiva e o intercâmbio do conhecimento entre os cidadãos, as instituições e as Universidades para promover democratização do conhecimento e qualidade de vida das pessoas. O objetivo deste relato é a apresentação das experiências em desenvolvimento dentro dos diversos territórios parceiros captados por pesquisadores do Eixo Comunicação nos primeiros dois anos de atuação do Instituto, em escolas públicas, territórios quilombolas, indígenas, organizações da sociedade civil etc. Em um esforço contínuo e controlado, objetiva-se identificar e coletar dados relevantes para a solução da fome, da insegurança alimentar e seus entornos, utilizando metodologias com abordagem qualitativa, e métodos definidos de acordo com as propostas de cada área da Comunicação envolvida, a saber: em Publicidade e Consumo serão utilizados os métodos de análise de discurso, análise de conteúdo, teoria das mediações, estudos de casos e semioprágmática das interações no consumo; em Difusão e Divulgação Científicas, métodos de pesquisa-ação participante para ciência cidadã e análise de conteúdo; e em Educomunicação o método de pesquisa-ação. As primeiras experiências têm trazido confirmações acerca da necessidade de atuação educativa e de diálogo entre os diferentes atores sociais, e da necessidade de parcerias público-social para democratização do conhecimento, novos padrões de consumo e segurança alimentar, temas defendidos pelo INCT Combate à Fome.

Palavras-chave: Fome e Insegurança Alimentar; Comunicação Estratégica; Políticas Públicas; Interesse Público e Participação Popular.

TEARSDAN - FORTALECENDO O CONTROLE SOCIAL NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIAS

Emanuelle dos Santos Xavier Dias¹, Barbara Leone Silva¹, Maria Cristina Marcon¹, Milena Corrêa Martins¹, Murilo Lyra Pinto²

¹Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)- Florianópolis-SC

²Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

Contato: manuxavier1@hotmail.com

Os projetos de extensão universitária, através de atividades práticas, contribuem tanto para formação dos discentes, quanto para retornar os conhecimentos acadêmicos para a sociedade. Pautada nesta compreensão, a Teia de Articulação e Fortalecimento pela Segurança Alimentar e Nutricional (TearSAN), desenvolve um projeto de extensão que busca contribuir com o fortalecimento da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Florianópolis. Trata-se da descrição das atividades de extensão desenvolvidas pela TearSAN, entre 2023 e 2024, o qual é vinculado à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O projeto desenvolve atividades voltadas tanto para o âmbito interno da universidade quanto para o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Florianópolis (Comseas), que atua no controle social de políticas públicas do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). A atuação ocorre nas plenárias mensais do Conselho e nas reuniões de grupos temáticos, contribuindo com demandas como a organização de oficinas e a elaboração de materiais técnicos. Os trabalhos envolveram a assessoria técnica e teórica para o fortalecimento da participação e controle social dos Equipamentos Públicos de SAN, como o Restaurante Popular e Cozinhas Comunitárias da região, enquanto espaços garantidores do DHAA. O desenvolvimento de ações voltadas para o fortalecimento da participação da sociedade civil no Comseas. Além da contribuição na relatoria da Conferência Municipal de SAN de 2023, com a seleção de propostas orientadoras para construção de políticas. Atrelando esses conhecimentos práticos ao ambiente acadêmico, desenvolveu-se um minicurso na universidade, sobre a relação de sistemas agroecológicos na promoção do direito à alimentação adequada. O projeto de extensão TearSAN contribui para formar atores cada vez mais comprometidos sobre a importância das políticas públicas na promoção do DHAA, e possibilitar um espaço de aprendizado participativo, através da integração entre saberes novos e tradicionais com a comunidade externa.

Palavras chaves: Direito à Alimentação; Segurança Alimentar e Nutricional; Extensão Universitária e Conselhos de Participação Social.

O IMPACTO DOS SISTEMAS ALIMENTARES NA INSEGURANÇA ALIMENTAR E STUNTING DE CRIANÇAS MENORES DE CINCO ANOS ATENDIDAS PELO SUS

Estela Barici Pereira¹, Cecília Stanzani Klapka², Aline Martins de Carvalho²

¹Universidade Federal de São Paulo

²Universidade de São Paulo

Contato: estela.barici@unifesp.br

Os sistemas alimentares são um dos principais determinantes da sindemia global de obesidade, desnutrição e mudanças climáticas, especialmente entre os mais vulneráveis. Este estudo tem como objetivo avaliar os principais polos de desnutrição infantil (stunting), entre crianças menores de cinco anos atendidas no Sistema Único de Saúde nos diferentes sistemas alimentares brasileiros. Os sistemas alimentares brasileiros foram agrupados em quatro grupos conforme características ambientais, nutricionais e socioeconômicas, segundo o Índice Multidimensional Brasileiro de Sistemas Alimentares Sustentáveis (MISFS-R). O sistema alimentar A, concentrado no Centro-Oeste, apresenta o pior desempenho ambiental. O sistema B, concentrado no Sudeste e Sul, é o mais industrializado, mas possui desigualdades de gênero e maior uso de pesticidas. O sistema C, no Nordeste, enfrenta piores cenários econômicos, enquanto o sistema D, na Amazônia, tem a melhor conservação ambiental, mas enfrenta grave insegurança alimentar. Foram utilizados dados de estatura/idade de crianças menores de cinco anos do SISVAN entre 2015 e 2019. Os resultados mostram que no Brasil 46,2% das crianças menores de 6 meses, 23,6% de 6 meses a 23 meses e 12,8% de 2 a 5 anos apresentaram estatura abaixo do ideal em 2019. Entretanto os resultados foram diferentes nos sistemas alimentares. No sistema A, 53,6% das crianças menores de 6 meses apresentaram altura baixa. Entre 6 e 23 meses, o sistema D ficou em 16 pontos percentuais acima da média brasileira, com 56,4% apresentando altura inadequada. Para crianças de 2 a 5 anos, o sistema D mostrou a maior prevalência de desnutrição (23,0%). Portanto, essas disparidades regionais evidenciam a necessidade de políticas públicas que relacionem os sistemas alimentares e a desnutrição infantil.

Palavras-chave: Alimentação infantil; SUS e Sistemas Alimentares.

PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL A PARTIR DO DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE EXTENSÃO, FORMAÇÃO E PESQUISA: HISTÓRICO DE DEZ ANOS DE ATUAÇÃO DA TEIA DE ARTICULAÇÃO PELO FORTALECIMENTO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (TEARSAN)

Maria Cristina Marcon¹, Cristine Garcia Gabriel¹, Neila Maria Viçosa Machado², Claudia Soar¹, Patrícia Maria de Oliveira Machado¹, Milena Corrêa Martins¹, Barbara Leone Silva², Murilo Lyra Pinto², Mick Lennon Machado², Sabrina Alves de Araujo¹, Emanuelle dos Santos Xavier Dias¹, Aurora Claudino de Lima¹, Felipe Bruno LUPI Vergara¹, Arthur Kriek Medeiros¹, Erick Cardoso da Rosa¹ e Sofia Alves Vasconcellos Bello¹

¹Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC

²Teia de Articulação pelo Fortalecimento da Segurança Alimentar e Nutricional, Florianópolis-SC

Contato: tearsan.ufsc@gmail.com

Em 2025, a Teia de Articulação pelo Fortalecimento da Segurança Alimentar e Nutricional (TearSAN) celebrará dez anos de atuação em prol do fortalecimento das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) por meio da pesquisa, formação, extensão e apoio aos movimentos sociais, conselhos de controle social e gestores públicos. Vinculada à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), executa ações orientadas pela educação popular, olhar crítico, democracia e respeito aos direitos humanos. Conduziu projetos financiados por Ministérios, governo de Santa Catarina, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e UFSC. Dentre os produtos desenvolvidos, destacam-se: os modelos teóricos e os instrumentos para avaliação dos Planos de SAN, dos Restaurantes Populares, das condições para acesso à alimentação adequada e da implementação municipal do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan); a construção de indicadores de SAN em nível territorial; as metodologias de análise da trajetória conceitual da SAN nas Conferências Nacionais, da SAN da população privada de liberdade e das tendências da insegurança alimentar e nutricional no Brasil e seus determinantes; e o apoio técnico e político aos Conselhos de SAN e movimentos sociais. Também contribuiu com projetos financiados pelo Ministério da Saúde visando qualificar o enfrentamento do sobrepeso e da obesidade na Atenção Básica em Santa Catarina e desenvolver metodologia e estratégia de formação para formulação de Políticas Estaduais de Alimentação e Nutrição no SUS. Iniciou parceria com o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) a partir do projeto "Fortalecimento do Sisan nos estados de SC e RS e seus respectivos municípios", que segue atualmente através do projeto "Qualificação do processo formativo dos atores envolvidos no Sisan". Por seu trabalho ao longo desta década, teve reconhecimento por premiações da FAO e pelo Centro de Excelência contra a Fome do Programa Mundial de Alimentos.

Palavras-chave: Segurança Alimentar e Nutricional; Educação; Formação; Direito Humano à Alimentação Adequada e Políticas Públicas.

AVALIAÇÃO DO CONSUMO ALIMENTAR DE ACORDO COM NÍVEIS DE INSEGURANÇA ALIMENTAR NO SEMIÁRIDO PARAIBANO

Isadora Macedo de Oliveira Martins-Costa¹, Jackson Silva Lima Laurentino², Poliana de Araújo Palmeira³, Alisson Diego Machado¹

¹Universidade de São Paulo, São Paulo - SP.

²Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa - PB.

³Universidade Federal de Campina Grande, Cuité - PB

Contato: isadoramacedo@usp.br

A insegurança alimentar (IA) é considerada um dos principais problemas de saúde pública, determinada, principalmente, por questões sociais e relacionada ao consumo alimentar inadequado. Portanto, estudos nessa temática são imprescindíveis para analisar o consumo alimentar e entender as estratégias de alimentação das famílias que estão em IA. O objetivo é analisar a frequência do consumo alimentar de indivíduos residentes no semiárido paraibano, de acordo com os níveis de IA em 2022. Esse trabalho é do tipo transversal, realizado com famílias do município de Cuité - Paraíba. A amostra do estudo foi oriunda de uma pesquisa de coorte intitulada SANCUTÉ, e os dados utilizados neste estudo são correspondentes à quarta coleta de dados. Nos domicílios pesquisados o responsável pelas despesas com a alimentação da família foi investigado sobre consumo alimentar, para isso foi utilizado um questionário de frequência alimentar, do tipo qualitativo, referente aos últimos 3 meses, e para mensurar a IA foi utilizada a EBIA. Para a avaliação do consumo alimentar de acordo com os níveis de acesso aos alimentos foi utilizado o teste de qui-quadrado. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do HUAC-UFCG, CAAE: 0102.0.133.000-1. A amostra foi composta por 234 indivíduos, sendo a maioria do sexo feminino (74,4%), adultos (56,8%), residentes da zona urbana (73,9%), que se autodeclararam não brancos (65,4%). Os dados apontaram que 46,4% da população estudada estava em algum grau de IA. Ao associar os desfechos de IA com a frequência do consumo alimentar, foram achadas frequências estatisticamente significantes no consumo de frutas ($p<0,005$) e carnes vermelhas ($p<0,000$), no qual famílias em SA consumiram mais alimentos desses grupos em relação àquelas em algum nível de IA. Portanto, a ampliação e manutenção de políticas públicas intersetoriais, além de estudos longitudinais que investiguem as práticas alimentares dessas famílias que convivem com a IA, é importante para que o DHAA e SAN sejam garantidos como previsto na legislação.

Palavras-chave: Frequência do Consumo Alimentar; Dieta e Segurança Alimentar e Nutricional.

DETERMINANTES DAS ESCOLHAS ALIMENTARES DE PAIS/RESPONSÁVEIS DE CRIANÇAS EM INSEGURANÇA ALIMENTAR

Ana Gabriella M Amorim dos Santos¹, Jacqueline Tereza da Silva²; Adriana Garcia Peloggia de Castro³; Erick Martinez Segui⁴, Dirce Maria Lobo Marchioni⁵; Diogo Thimoteo da Cunha⁶; Christopher Mejia Argueta⁷; Aline de Piano Ganen³; Tatiana Sadalla Collese^{3,8}

¹Mestre, Centro Universitário São Camilo, São Paulo, Brasil.

²Academia Global de Agricultura e Sistemas Alimentares, Universidade de Edimburgo, Edimburgo, Reino Unido.

³Professor, Centro Universitário São Camilo, São Paulo, Brasil.

⁴Graduando, Centro Universitário São Camilo, São Paulo, Brazil

⁵Professor do Departamento de Nutrição da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, São Paulo (SP) Brasil

⁶Laboratório Multidisciplinar em Alimentos e Saúde, Faculdade de Ciências Aplicadas, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Limeira, Brasil.

⁷Laboratório de Operações de Alimentos e Varejo, Centro de Transporte e Logística do MIT, Cambridge, MA, Estados Unidos

⁸Pesquisadora de Pós-Doutorado do Departamento de Nutrição da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo - São Paulo, Brasil

Contato: bilokamorim@hotmail.com

Os pais desempenham um papel fundamental nas práticas alimentares da família. Desde o início da pandemia de COVID-19, houve inúmeras mudanças nos hábitos nutricionais, consumo e distribuição de alimentos, o que torna ainda mais crítico o monitoramento da insegurança alimentar e dos comportamentos alimentares. Este estudo teve como objetivo descrever os determinantes das escolhas alimentares parentais segundo a situação de (in)segurança alimentar da família. Caracterizou-se como um estudo exploratório de corte transversal, realizado com 44 responsáveis de crianças entre 1 e 4 anos de idade. A escola foi selecionada por conveniência e todos os pais de alunos foram convidados a participar. Entre março e maio de 2022, foram realizadas entrevistas telefônicas nas quais os pais/responsáveis responderam questionários sobre os fatores socioeconômicos da família, a percepção de controle destes sobre a saúde dos seus filhos/dependentes. A versão curta da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar e o Questionário de Escolhas Alimentares adaptado para o Brasil foram utilizados. Como resultado obteve-se que 57% das crianças eram do sexo feminino, com idade média de $31 \pm 11,8$ meses e 70% das famílias encontravam-se em situação de Insegurança Alimentar. Os determinantes de escolha alimentar com maior importância (em ordem decrescente) foram Saúde, Apelo Sensorial e Preço para as famílias em situação de Insegurança Alimentar. Nas famílias em Segurança Alimentar, os determinantes com maior importância foram Apelo Sensorial, Saúde e Conteúdo Natural, enquanto o preço ficou em sexto lugar. Os determinantes de menor importância foram Familiaridade e Preocupação Ética, para ambos os grupos. Apesar do nível de segurança alimentar do domicílio, os pais/responsáveis estão mais preocupados com os aspectos de saúde e sensoriais do que com o custo da dieta de seus filhos. Identificar as escolhas alimentares dos pais pode ajudar a construir políticas públicas e criar sistemas alimentares curtos e sustentáveis.

Palavras-chaves: Alimentos; Comportamento de Escolha; Comportamento Alimentar; País e Insegurança Alimentar.

MAPEAMENTO E CARACTERIZAÇÃO DAS COZINHAS SOLIDÁRIAS NAS REGIÕES BRASILEIRAS

Mariana Iamamoto¹, Aline Rissatto Teixeira¹

¹Faculdade de Saúde Pública/Universidade de São Paulo, São Paulo-SP

Contato: marianaiamamoto@usp.br

A Lei nº 14.628/2023 marca a criação do Programa Cozinha Solidária, evidenciando o compromisso político em assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), previsto na Constituição Federal. O Programa visa reconhecer Cozinhas Solidárias (CS) que têm como missão fornecer alimentação gratuita e de qualidade à população, priorizando populações vulnerabilizadas, incluindo pessoas em situação de rua. Esse contexto ressalta a importância de desenvolver/implementar ações concretas para manter/aprimorar a operação e infraestrutura desses espaços. Esta pesquisa visa descrever e caracterizar as CS, considerando indicadores de vulnerabilidade social dos territórios nas regiões brasileiras. Foram utilizados dados de 1.655 CS que responderam o Formulário para Cadastramento de CS, Populares e Comunitárias desenvolvido pelo MDS, além de Indicadores de Vulnerabilidade Social (IVS) fornecidos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). O mapeamento identificou que em muitos municípios de alta ou muito alta vulnerabilidade não há CS disponível, com maior concentração dessas unidades nas capitais ou em áreas próximas a elas. Mais de 50% das CS de todas as regiões brasileiras relataram não ter infraestrutura de informática (computador com internet), com piores situações nas regiões Sul (66,4%), Nordeste (65,2%) e Norte (60,9%), seguidas de Centro-Oeste (56,5%) e Sudeste (54%). Este cenário dificulta a comunicação com órgãos governamentais e afeta a avaliação da eficácia das políticas públicas de investimento/apoio às CS. 18,8% e 20% das CS nas regiões Norte e Nordeste (regiões mais quentes do país), respectivamente, relataram não possuir refrigerador (Sudeste 5,8%, Sul 9%, Centro-Oeste 9,8%), o que impacta negativamente a produtividade desses espaços e a qualidade das refeições, comprometendo o atendimento às populações. Estes resultados podem subsidiar a formulação de políticas públicas para garantia do DHAA nos territórios vulnerabilizados e de um modelo intersetorial em rede que apoie as CS.

Palavras-chave: Políticas em Saúde Pública; Programas Governamentais; Índice de Vulnerabilidade Social; Segurança Alimentar e Direito Humano à Alimentação Adequada.